



CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE LETRAS - CAMPUS III  
CURSO DE LETRAS

ELANY PEREIRA DA SILVA

## **PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO DE LÍNGUA**

GUARABIRA - PB

2014

ELANY PEREIRA DA SILVA

## **PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO DE LINGUA**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Adriana Sales Barros

GUARABIRA - PB

2014

ELANY PEREIRA DA SILVA

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, Elany Pereira da  
Preconceito linguístico e ensino de língua [manuscrito] : /  
Elany Pereira da Silva. - 2014.  
16 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.  
"Orientação: Profa. Dra. Adriana Sales Barros, Departamento  
de Letras".  
  
"Colaboração: Fernanda Barboza de Lima"., Cleuma Regina  
Ribeiro da Rocha Lins  
  
1. Ensino. 2. Língua Portuguesa. 3. Preconceito linguístico.  
I. Título.

21. ed. CDD 410

# PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO DE LINGUA

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciada em Letras.

Aprovada em: 04/12/2014

## BANCA EXAMINADORA

Adriana Sales Barros

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Adriana Sales Barros  
Orientadora

Fernanda Barbosa de Lima

Prof.<sup>a</sup> Dra. FERNANDA BARBOSA DE LIMA  
Examinadora

Cleuma Regina Ribeiro da Rocha Lins

Prof.<sup>a</sup> Ms. CLEUMA REGINA RIBEIRO DA ROCHA LINS  
Examinadora

## RESUMO

Este artigo trata de trazer reflexão sobre o ensino de língua e o preconceito lingüístico em sala de aula. Constatamos que na maioria das vezes é comum a escola não discutir no ensino de língua a questão da variação lingüística contribuindo assim com o preconceito linguístico. Nossa intenção é mostrar a intenção a ausência da relação língua e variação, conhecer a importância do estudo da língua e suas variações e compreender que esse preconceito não ter justificativa ou fundamento. As hipóteses norteadoras desta reflexão são duas: Diante disso, frente ao preconceito linguístico, como pode a escola conscientizar sobre os mitos em torno do preconceito linguístico? Que papel, especificamente, o professor de língua portuguesa pode desempenhar para esclarecer sobre tal preconceito e diminuí-lo no ambiente escolar? Eis um problema de pesquisa que buscamos respostas ou possíveis caminhos. Diante de tal problema temos uma pergunta geral que norteia a nossa pesquisa: Como se dá o preconceito linguístico dentro do ambiente escolar, isto é, quais são as suas causas, modos de disseminação e seus reflexos dentro da escola?

Nessa perspectiva, esse trabalho visa mostrar a sociedade, que não existe fundamentação para o preconceito linguístico e que devemos combater essa prática, para que possamos viver em mundo linguístico mais justo e democrático.

Assim esse artigo é uma pesquisa bibliográfica baseado nas idéias de Marcos Bagno (1999,2007), Travaglia(1997), Pcns (1998) e a Ocem, buscamos chegar a um consenso que propicie a diminuição dos efeitos do preconceito linguístico no ensino de língua.

Palavras-chave: Ensino. Língua Portuguesa. Preconceito linguístico.

## INTRODUÇÃO

Com base em experiências vividas discutiremos, aqui, sobre o preconceito lingüístico dentro da escola. Uma vez, que é o papel da referida instituição educacional ensinar ao aluno que além da norma padrão, existem as variações lingüísticas.

É nossa intenção mostrar que a ausência dessa relação (língua, variação) implicará no preconceito lingüístico.

Nesse sentido, buscamos nesse artigo, conhecer a importância do estudo de língua e suas variações quais sejam: diafásicas (que se estabelecem em função do contexto, ou seja, a ocasião é que determina a maneira como nos dirigimos ao nosso interlocutor, se deve ser informal ou formal). Variações diatópicas (são as variações ocorridas em razão das diferenças regionais). Variações diastráticas (são aquelas variações que ocorrem em virtude da convivência entre os grupos sociais. Como por exemplo podemos citar a linguagem dos advogados, dos surfistas, da classe médica, dos internautas, entre outras). E compreender que o preconceito lingüístico não tem justificativa ou fundamento, o que existe na verdade são as necessidades lingüísticas do falante.

As hipóteses norteadoras desta reflexão são duas: Diante disso, frente ao preconceito lingüístico, como pode a escola conscientizar sobre os mitos em torno do preconceito lingüístico? Que papel, especificamente, o professor de língua portuguesa pode desempenhar para esclarecer sobre tal preconceito e diminuí-lo no ambiente escolar? Eis um problema de pesquisa que buscamos respostas ou possíveis caminhos. Diante de tal problema temos uma pergunta geral que norteia a nossa pesquisa: Como se dá o preconceito lingüístico dentro do ambiente escolar, isto é, quais são as suas causas, modos de disseminação e seus reflexos dentro da escola?

Nessa perspectiva, esse trabalho visa mostrar a sociedade, que não existe fundamentação para o preconceito lingüístico e que devemos combater essa prática, para que possamos viver em mundo lingüístico mais justo e democrático.

## PRECONCEITO LINGUÍSTICO: O QUE É?

O preconceito linguístico é um conceito preconcebido manifestado pelas pessoas, geralmente discriminando outras pessoas com relação a variedade linguística que elas falam.

Como sabemos no Brasil há uma grande diversidade linguística, é um país continental. Isso explica o por que de cada região ter um sotaque e até mesmo palavras com significados diferentes.

Apesar do grande desenvolvimento tecnológico e intelectual que estamos vivenciando no Brasil, a sociedade ainda possui muitos preconceitos. O preconceito linguístico é um deles e o que preocupa é que não vemos nenhum movimento no sentido de mudar essa realidade, a própria escola contribui com isso ao ensinar que a única forma de falar é a que gramática normativa impõe. Marcos Bagno (2004,p.10) afirma que, “ A língua portuguesa é como um rio que se renova, enquanto a gramática normativa é como a água de do Igapó, que envelhece, não gera vida a não ser que venham as inundações.”

Esse problema só avança, pois a mídia tenta de certa forma impor o que é certo e o que é errado na língua, ou seja, o falante que não teve acesso à gramática normativa e não segue esse padrão é tido como alguém que não sabe português ou fala português incorretamente. Bagno (1999, p.149) nos diz que “(...) qualquer criança entre 4 e 5 anos de idade já domina plenamente a gramática de sua língua.”

Sabemos que todo indivíduo possui formas internalizadas da linguagem, que escutando os pais, outras pessoas conversarem, conseguem com o tempo se comunicar através da fala. A partir do momento que este é inserido no ambiente escolar, começa o processo de aprendizagem da língua padrão, ensinado através das gramáticas tradicionais, muitas vezes diferente da língua aprendida em casa até então.

Então nesse processo, a língua padrão passa a ser considerada a forma “correta” de se expressar, em detrimento de outras formas, que por sua vez,

passam a ser consideradas “feias ou Incorretas”. Daí começa a surgir o preconceito linguístico.

Precisamos combater esse preconceito e mostrar a sociedade que não existe essa questão “falar certo ou errado”, existe sim a variação linguística e todos tem o direito de se expressar de acordo com a sua necessidade. Até porque a variação da língua tem uma explicação lógica e científica e esse preconceito não deixa de ser um equívoco.

Geralmente as pessoas que mais sofrem com esse tipo de preconceito são as que não tem ou não tiveram acesso a educação por questões econômicas e sociais.

Diante disso é fundamental que a escola reveja seus métodos de ensino, a partir de uma nova perspectiva, visando ensinar o aluno não só entender e dominar a língua padrão, mas também reconhecer que existe uma diversidade de variações linguísticas.

É Marcos Bagno (1999, p.17) nos diz:

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições, voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a conhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país, para melhor planejarem suas políticas, junto a população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão.

Ou seja, a escola precisa ensinar aos alunos que existe as variações e que devemos identificar as situações que usaremos uma em detrimento da outra. O aluno deve saber que não existem “certo” e “errado”, apenas situações de uso. E assim compreendemos que todas as pessoas mesmo sem ter acesso à gramática normativa tem conhecimento da língua materna. Passamos a refletir acerca do preconceito linguístico através dos mitos. Bagno(2007, p.13)... Algumas afirmações que são até bem intencionadas mas mesmo assim compõe uma espécie de “preconceito positivo”, que também se afastam da realidade, essas afirmação na verdade, são mitos e fantasia de que qualquer análise mais rigorosa não demora a derrubar”. Conforme Bagno (ano 2007). O mito I, “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente” Toda língua viva é dinâmica e sujeito a variações, não existe em nenhum lugar onde todos falem a língua da mesma maneira. No Brasil



existe a influencia de vários elementos históricos e sociais que contribuíram com o surgimento dessas variações.

Sendo assim, afirmar que o Brasil mesmo sendo um país com um território muito amplo e que a língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente é o maior e mais serio dos mitos, defendidos até por vários estudiosos. Isso é altamente prejudicial ao ensino de língua. Precisamos reconhecer a diversidade linguística do Brasil e abandonar esse mito da unidade do português. O mito II- “Brasileiro não sabe português”, como mostra o autor, é lamentável, a mania que o brasileiro tem de se inferiorizar perante o resto do mundo, em vários sentidos. Com a língua não é diferente, acham que só em Portugal se fala português corretamente. Sabemos que o português de Portugal é diferente do português do Brasil, até porque estamos falando de cultura diferentes e de situações sociais diferentes.

As diferenças entre português de Portugal e o português do Brasil são tão grandes que muitas vezes surgem dificuldades de compreensão. Onde existe pouca diferença entre brasileiros e portugueses é na língua escrita formal. É Bagno (1999, p.26) diz que: “No que diz respeito ao ensino de português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje... continua com os olhos para a norma linguística de Portugal”.

Esse complexo de inferioridade em achar que brasileiro não sabe português é mais um mito que afeta o ensino não só de língua portuguesa como também o ensino de línguas estrangeiras. Falar diferente não significa ineficiência ou inferioridade, falamos de acordo com às necessidades linguísticas de onde vivemos. É no mito III – “Português é muito difícil”, que Marcos (2007,p.35) diz que esse mito gera um preconceito que rotula o português como uma língua difícil, e acrescenta que nossa concepção de aprender português é “decorar conceitos e fixar regras que não significam nada para nós”. Pensamos assim porque o ensino tradicional da gramática, não corresponde a realidade da língua falada no cotidiano das pessoas. É no mito IV – “As pessoas sem instrução falam tudo errado” que o autor diz que a mídia e por que não dizer a sociedade de uma forma geral, rotulam as pessoas que pertencem a uma classe social desprestigiada e que não tem acesso a uma educação formal, como pessoas que possuem uma linguagem inferior e tida como errada.

Sabemos que na formação da língua portuguesa padrão existiam palavras que tinham na sua origem um l e transformou-se em R nos encontros consonantais, isso não é tido como atraso ou ignorância, mas um fenômeno linguístico. Nesse sentido (Bago, 1999, p. 42) diz o seguinte: “ Assim o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê. Neste caso, o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito social”. Ou seja, as pessoas e a própria mídia criticam não a fala, e sim quem está falando e de que região está falando. Isso não deixa de ser uma forma de exclusão social de uma forma bem sutil. Dando seqüência sobre os mitos geradores do preconceito linguístico, Bago (2007) afirma que o mito V – “O lugar onde melhor se fala Português no Brasil é o Maranhão”, existe por uma questão histórica, em um período onde o Maranhão se relacionava com as cidades européias, tinha um grande número de escritores e nessa região houve uma forte imigração de açorianos, o que justifica a conservação do pronome “ tu”.

Mas não existe nenhuma fundamentação científica que comprove essa ideia que o português do Maranhão é o “correto”. Segundo Bago (2007, p.47):

O que acontece com o português do Maranhão em relação ao português do resto do país é o mesmo que acontece com português de Portugal em relação ao português do Brasil: não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “melhor”, “ mais pura”, “mais bonita”, “ mais corretas”, que outras.

Precisamos compreender que isso é mais um mito sem sentido algum, trata-se apenas de uma variação por razões históricas, o Brasil é muito diverso linguisticamente não dá para comparar entre um estado ou outro. Ou seja, não tem como fazer comparações, uma vez que cada um vai falar de acordo com a necessidade linguística de sua comunidade.

O mito VI –“O certo é falar assim porque se escreve assim “sabemos que em toda língua existe as variações, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares e nem todas as pessoas falam da mesma forma. Por isso não devemos obrigar o aluno a pronunciar do “jeito que escreve”, como se essa fosse a única forma certa de falar português.

Bago (2007, p. 52) afirma que:

É claro que é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada artificial reprovando como erradas as pronúncias que são resultados naturais das forças internas que governam o idioma.

Fica claro mais uma vez o papel da escola em mostrar que existe a diferença entre a forma oral e a escrita. E como já foi dito antes, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, cada pessoa tem seu modo de falar. E é importante sabermos que a gramática surgiu com o objetivo de investigar a escrita e não a língua falada.

Já o mito VII, de acordo com Bagno (ibid.). “É preciso saber gramática para falar e escrever bem, afirma que a gramática tradicional despreza a língua oral, e impõe a norma culta como sendo a única forma de falar e escrever. Ou seja, o que não está na gramática não é correto, e que para se escrever bem precisa-se saber gramática. “ Afinal se fosse assim, todos os gramáticos seriam grandes escritores..., e os bons escritores seriam especialistas em gramática”.

A gramática é importante sim, mas não é ela que determina se você fala correto ou não o português. Isso não significa dizer que a norma culta não é relevante ou que não precisa ser ensinada. Significa que as normas não cultas também tem a sua importância no processo de comunicação das pessoas. Portanto o que queremos não é apagar a gramática normativa e sim fazer com que as pessoas dominem ela e outras formas de linguagem.

O mito VIII – “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social. Este mito, conforme o autor em pauta, fecha o circuito mitológico. Ter o domínio da norma culta em hipótese alguma será uma forma de se alcançar ascensão social. Isso porque existe várias pessoas que tem a ascensão social sem no entanto está relacionado ao desenvolvimento intelectual.

Segundo Bagno ( 2007, p. 65):

É preciso garantir sim, a todos os brasileiros o reconhecimento ( sem o tradicional julgamento de valor)... é preciso favorecer esse reconhecimento mas também garantir acesso a educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, a saúde, a habitação, ao transporte de boa qualidade, a vida digna de cidadão merecedor de todo respeito.

São essas ações que podem fazer o indivíduo vir a ter sua ascensão social. Ou seja, o domínio da norma culta não da ascensão social, porque não vai beneficiar em nada se a pessoa não tiver seus direitos de cidadãos reconhecidos.

Conhecendo os principais mitos que alimentam o preconceito linguístico, vamos refletir e mostrar relação que existe entre preconceito linguístico e escola.

## **2. O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA ESCOLA**

Assim como a escola contribui com esse preconceito ao ensinar que só a gramática normativa está correta, da mesma forma ela pode sem dúvida ser a saída no combate a esse tipo de preconceito. Uma vez, que a escola enquanto instituição na formação de cidadãos pode promover o combate aos preconceitos e a valorização das diversidades linguísticas. Para que haja a desconstrução desse preconceito é necessário que haja o reconhecimento da existência das inúmeras variações linguísticas.

Conforme os PCNS (1998, p.29):

A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

Dessa forma, quando falamos em língua portuguesa, estamos falando de uma língua que se apresenta como uma unidade, porém constituída de inúmeras variedades. É nesse sentido que a escola precisa no ensino-aprendizagem levar o educando a entender e a adequar os usos das variedades da língua nas diferentes situações de comunicação. E não levar o aluno a substituir sua atividade linguística considerada errada ou sem prestígio, por outra considerada correta ou de maior prestígio.

Nesse sentido é importante entender que não existe falar certo ou o errado, mas sim a necessidade de adequar as variedades da língua nas diferentes situações de comunicação.

Essa questão do preconceito com as variações da língua, foi tema de debates e discussões desde a década de 70 e 80, segundo a OCEM (2006) onde surgiram o debate da necessidade de adequar o ensino de língua materna e estabelecer a relação das modalidades oral e escrita. Desde então, surgiu a importância de compreender as dificuldades vivenciadas pelos alunos

no processo de aprendizagem a luz dos fatores envolvidos na variação linguística.

Esses debates e questionamentos naquele período não foram bem compreendidos, usar a língua em diferentes situações significava enfatizar o ensino de variedade não padrão. Era considerada uma ameaça ao conhecimento sobre a língua que até então imperava nas salas de aula. Ou seja, estes debates não foram visto com devida importância na época o fato é que através desses debates e abordagens, surgiu o desafio da escola em dar mais importância a aprendizagem da língua sem esquecer as práticas de linguagem.

Em outras palavras, o trabalho com a língua na escola só é bem sucedido quando atua nas práticas sociais de uso da língua nossa sociedade.

Ou seja, a escola deve ser vista como um espaço de debates, na desconstrução desse preconceito, ao invés de muitas vezes rejeitar a linguagem trazida pelo aluno, aprendida no meio em que vive.

É fundamental que a escola reconheça que a diversidade cultural e da língua está dentro da sala de aula. A partir daí, sabendo que a língua é um instrumento de comunicação, conforme defende Travaglia (2009, p.21) " outra questão para o ensino de língua materna é a maneira como o professor concebe a linguagem e a língua". Diante dessas constatações refletirmos sobre o ensino que vamos passar para nossos alunos, sabendo que essas concepções de linguagem são diferentes cada uma no seu momento social e histórico.

No que diz respeito a nossa formação enquanto falantes temos três concepções de linguagem que conseqüentemente irão envolver a questão de ensino de língua. Segundo Travaglia (1997, p. 23) o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão somente traduzir e exteriorizar um pensamento ou transferir informações a outrem, mais sim realizações, agir, atuar sobre o interlocutor".

A primeira concepção é a linguagem como expressão do pensamento, ou seja, "a linguagem como uma tradução do pensamento a partir do estudo de uma gramática normativa estática", Travaglia (op.cit.), o que é valorizado nesse tipo de linguagem são as regras gramaticais.

A segunda concepção a linguagem que segundo o autor supracitado é vista como instrumento de comunicação, "a língua é vista como um código que

transmite uma mensagem e forma os pensamentos”. Nesse sentido, essa perspectiva de linguagem, houve um melhor crescimento do indivíduo, uma vez que essa prática facilita a interação entre o mesmo. E por fim a terceira concepção concebida por Travaglia (ibid.) a linguagem como forma de interação proporcionando assim um melhor desenvolvimento do ensino de língua.

A concepção de linguagem como processo de interação, proporciona um o ensino, que utiliza a língua nas diversas situações comunicativas. Diante disso, cabe, a escola e ao professor refletir sobre a língua e a linguagem atribuindo valores ao seu uso, pois é através da linguagem que construímos nossa identidade.

Deixar de ver o ensino de língua apenas como ensino da norma culta, mostrar as diversidades lingüísticas. “É somente com a crítica ativa da nossa prática diária em sala de aula que poderemos concretizar esse ( ainda) sonho de convívio na diversidade (Bagnó, 1999, p. 140)”. E o reconhecimento das inúmeras variedades de linguística é de extrema importância para que haja realmente uma mudança na educação dos nossos educandos, de modo que se a escola não reconhecer e optar para uma nova proposta de ensino, esse preconceito continuará existindo na escola e na sociedade como um todo.

Os PCNS (1998, p.29) já reconhecem a existência das variantes linguística, “A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independente de qualquer ação normativa.” Como Bagnó ( 1999, p. 19 ) afirma “ Espero que essas normas desçam das altas esferas governamentais e se propagem pelas salas de aulas de todo país”. Porém como já foi aqui explicitado, isso tem que sair da rodas das discussões acadêmicas e acontecer na prática escolar realmente. Se não houver esse reconhecimento, por parte principalmente da escola, no sentido de mudar essa realidade tudo fica complicado, pois se não reconhecem esse problema nada será feito para resolver.

A escola deve ser um espaço, onde o aluno tenha acesso ao conhecimento e a informação jamais ter sua linguagem excluída ou desvalorizada, e mostrar que há uma variedade linguística com um maior prestígio social, mas essa variedade não deve substituir a sua variedade.

Quando a escola não leva em conta essa questão deixa de ser um espaço de comunicação e passa a ser um espaço de repressão .

Marcos Bagno (1999, p. 168 ) afirma que:

Ensinar bem é ensinar para o bem. Ensinar para o bem significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, reconhecer na língua que ele fala a sua própria identidade como ser humano. Ensinar para o bem é acrescentar e não suprimir, é elevar e não rebaixar a auto estima do individuo. Somente assim, no inicio de cada ano letivo este individuo poderá comemorar a volta as aulas, em vez de lamentar a volta as aulas.

È atribuição da escola desenvolver as competências comunicativas no ensino-aprendizagem da língua e assim promover a valorização e o respeito as inúmeras diversidades lingüísticas que existe, valorizando não só a norma culta, mas a linguagem como meio de interação e comunicação.

Diante do conhecimento das concepções de linguagem e das mais variadas modalidades da língua, é importante agora conhecer as formas de inibir o preconceito linguístico nas escolas.

- **AS FORMAS DE CONSCIENTIZAR SOBRE O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA ESCOLA.**

Precisamos combater o preconceito linguístico ensinando a importância da norma culta como também mostrando as diversidades linguística que temos. Levando o aluno a conhecer as mais variadas modalidades da língua, desmitificando os mitos que reforçam esse preconceito e já foram citados anteriormente; que segundo Bagno (2007) são: só os portugueses sabem português, que existe unidade linguística no Brasil, que a norma culta é um instrumento de ascensão social que é preciso saber gramática para falar bem e que o português é uma língua difícil.

Mas para isso é necessário uma mudança por parte da escola, tendo em mente que a mesma tenha o objetivo de promover o ensino de cidadãos conscientes, essa sem duvida seria uma saída que conseqüentemente traria resultados significativos no ensino de língua portuguesa.

Os professores devem usar a gramática normativa, mas devem reconhecer e valorizar a gramática internalizada, como diz Celso Pedro Luft em Língua e Liberdade apud ( Bagno,2007, p.63) “ Um ensino gramaticalista abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de se mesma”.

Daí a importância dos professores conhecerem esse tema e está sempre se atualizando.

Bagno (1999, p. 141):

Nessa nova postura de reflexão, é indispensável que o professor procure, tanto quanto possível estar sempre a par dos avanços das ciências da linguagem e da educação: lendo literatura científica atualizada, assinando revistas especializadas, filiando-se a associações profissionais, frequentando cursos, aderindo a projetos de pesquisas, participando de congressos levantando suas dúvidas e inquietações em debates e mesas redondas.

A partir do momento que o professor assume essa postura de investigador, atualizando-se sobre o tema, conseqüentemente o seu aluno terá uma postura mais crítica em relação ao preconceito linguístico. Irandé Antunes (2003, p.36) diz que “o novo perfil do professor é aquele do pesquisador, com seus alunos ( e não “para eles” ), produz conhecimento, o descobre e o redescobre.

O reconhecimento da existência de muitas variedades lingüísticas é fundamental para que o ensino seja conseqüentemente melhorado, tendo em mente que a variedade linguística é o reflexo da variedade social e essas diferenças se refletem na linguagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Verificamos que o preconceito linguístico no Brasil ocorre por influência da mídia, por falta do conhecimento sobre a diversidade linguística, crenças em



alguns mitos que existem e por falta de ações desenvolvidas na escola para dar aos alunos informações a respeito dos fenômenos lingüísticos.

Nesse sentido, a escola deve mostrar ao educando a importância em valorizar e respeitar as individualidades e variedades que existe na linguagem. Assim, concluímos nesse artigo a fundamental importância da escola e da sociedade no processo de valorização das variações lingüísticas de cada indivíduo. Mostrando que a língua não é estática e que as variedades lingüísticas vão de acordo com as necessidades do falante e do ambiente que ele está inserido. Esperando que o resultado desse trabalho contribua de forma que venha evitar atitudes discriminatórias contra as variedades lingüísticas.

Sabemos que isso exige muito esforço, mas é primordial que os alunos possam utilizar as diferentes variedades de acordo com suas necessidades de falante, ou seja, adequadas as diferentes situações de comunicação.

E que a escola possa ser um espaço onde todas as variedades lingüísticas estejam incluídas e não mais existir essa ideia de uso certo ou errado da língua que essa expressão seja substituída por adequado ou não adequada. Para que possamos viver em um mundo lingüístico mais justo, onde todas as variedades sejam aceitas e respeitadas.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007a.

BRASIL/SEMTEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental*. Brasília: Mec/Semtec, 1998.

BRASIL/SEMTEC. *Orientações Curriculares Nacionais – Ensino Médio*. Brasília: Mec/Semtec, 2006.

TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática 1º. E 2º. Graus*. 2. ed. SP: Cortez, 2009.

ANTUNES, Irandé. *Aula de português encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.